



PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

TRIÉNIO 2007/2010
(reformulado)

VERTICAL
DE ESCOLAS
DE
ALPENDORADA



1 - INTRODUÇÃO

O Projecto Educativo estabelece princípios de orientação pedagógica a implementar na escola com a perspectiva de interacção entre todas as suas vertentes, pelo que a sua dimensão tem de ser global e nunca parcelar ou pontual.

Para se revelar funcional, um Projecto Educativo deverá ser flexível, a fim de que dele dependam todos os outros projectos pedagógicos. A flexibilidade, enquanto característica principal do Projecto, é fundamental para que a comunidade escolar possa empreender situações de autonomia e de cooperação, tanto na negociação dos objectivos como na escolha de estratégias de aprendizagem e de avaliação.

O Projecto Educativo deve contemplar, também, um Projecto de Formação Contínua, uma vez que a prossecução das relações de equilíbrio se conseguem unicamente pelo ajustamento e adequação constantes do plano às reais necessidades da comunidade escolar. Por inerência, estará sempre implícita a necessidade da avaliação da consecução do Projecto, a sua regulação e revisão.

A inovação educativa é um processo que questiona, a todo o momento, o passado e o presente, exigindo o comprometimento dos agentes escolares, da comunidade e do sistema, para que a mudança aconteça e os alunos se formem para uma sociedade que corresponda aos seus anseios.

A escola, como uma das mais importantes microestruturas da sociedade, tem de saber inovar e criar para que os educandos assimilem o espírito de mudança. Por outro lado, gerir uma escola de forma eficaz exige uma acção coerente, coordenada e solidária de todos os membros da comunidade educativa.

As escolas são, antes de mais, constituídas por pessoas que se relacionam entre si aos mais diversos níveis e procuram estabelecer uma comunicação através de uma linguagem comum. Por outro lado, os pais e a comunidade em geral têm expectativas em relação à escola, o que faz com que os seus membros interactuem no sentido de integrar o contexto escolar com o de uma sociedade dinâmica. Neste processo, será fundamental

manter os princípios indispensáveis de uma educação universal e antever tendências actuais e futuras.

Assim, com este projecto, pretende-se:

- contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo;
- a formação do aluno como cidadão interveniente na sociedade;
- a formação integral do aluno através da articulação e integração dos saberes; e
- coerência e sequencialidade desde a educação Pré-Escolar até ao 3º Ciclo.

2 – ENQUADRAMENTO LEGAL

O quadro de normativos legais determinados pelos diversos Governos e Assembleia da República, bem como, pelo próprio Ministério da Educação, contém uma série de referenciais complementares nos quais se estabelece uma nova forma de encarar a escola como organização em desenvolvimento, autónoma e construtora de uma identidade própria.

O presente Projecto Educativo de Agrupamento (PEA) foi elaborado em observância das disposições legais que foram sendo produzidas sobre esta matéria, visando integrar e converter o PEA num instrumento activo da construção da autonomia das escolas, garantindo a participação responsável dos vários intervenientes da comunidade escolar, bem como respeitando as características e especificidades do meio em que se insere o Agrupamento. Estas especificidades devem servir de ponto de partida para a definição das prioridades orientadoras da acção pedagógica; no final, este PEA deve instrumentar mecanismos próprios, orientando-os para, respeitando as directrizes curriculares estabelecidas ao nível nacional, adaptá-las às realidades e vivências concretas da escola, seleccionando modelos pedagógicos, métodos de ensino e avaliação, materiais de ensino-aprendizagem e manuais que respeitem estas características¹.

Entendido, conjuntamente com o Regulamento Interno, o Plano Anual de Actividades e o Orçamento, como instrumentos de promoção de autonomia e como o documento onde se consagra a orientação educativa da Escola, o PEA é elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão para um horizonte de 3 anos. Os valores a promover, as metas a atingir e as estratégias que asseguram a sua prossecução, são aqui definidas.

Esta perspectiva vai ser novamente reafirmada no Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, que concede às escolas e agrupamentos uma grande latitude na definição deste projecto de desenvolvimento dos currículos, ressalvando a necessidade de o adequar ao nosso contexto e realidades.

Ganham peso, nesta criação e aprofundamento das relações entre escola-meio-comunidade, o estabelecimento de actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, que permita desenvolver a ligação escola-meio, o aprofundamento do espírito de solidariedade e voluntariado e a percepção da dimensão europeia da educação.

A autonomia escolar, e esta peça fundamental na sua construção que é o Projecto Educativo do Agrupamento, só ganha, porém, significado se inserida num contexto de combate

ao insucesso e abandono escolar e a problemas de integração na comunidade educativa. A criação de soluções educativas que visem combater este conjunto de problemas, podendo passar pela criação de oportunidades diversificadas de formação/ofertas curriculares ganha, assim e nesta perspectiva, um particular significado.

Um Projecto Educativo só sobrevive no entanto à sua verdadeira prova de fogo quando confrontado com a sua capacidade de promoção do sucesso educativo. Isto significa a necessidade de estabelecer princípios que permitam a auto-avaliação, o que implica o estabelecimento de critérios de qualidade verificáveis. Tal auto-avaliação, de carácter permanente, torna-se instrumento fundamental para aferir resultados e práticas, possibilitar a reformulação dessas práticas e, também, a troca de experiências proveitosas e a introdução de alterações que a evolução das realidades que estiveram subjacentes à elaboração do PEA revele serem necessárias – em sùmula, “o grau de concretização do projecto educativo e modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens das crianças e alunos”².

O Decreto-Lei nº 75/2008, ao estabelecer as novas estruturas de gestão e administração escolar, veio reforçar a importância do Projecto Educativo na prossecução da construção deste acto continuado que é educar. O princípio do estabelecimento de contratos de autonomia, celebrados pela Escola, Ministério da Educação (ME), câmaras municipais e, eventualmente, outras entidades interessadas da comunidade educativa, assume-se como um passo em frente na capacidade de construção de condições que permitam uma melhor operacionalização deste Projecto de Educar³.

¹ - Decreto-Lei nº 43/89, de 2 de Fevereiro.

² - Lei 31/2002, de 20 de Dezembro.

³ - Decreto-Lei 75/2008, de 22 de Abril, artigo 9º, al. a, e artigo 57º, pontos 1 e 2.

3 – QUEM SOMOS E QUANTOS SOMOS – A COMUNIDADE EDUCATIVA

3.1 – ÁREA GEOGRÁFICA

O Agrupamento Vertical de Alpendorada localiza-se no Concelho do Marco de Canaveses, Distrito do Porto, na região do Douro Litoral.

O território educativo do Agrupamento Vertical de Alpendorada e Matos é constituído por 20 escolas de cinco freguesias – Alpendorada e Matos (10,5 Km²); Favões (2,9 Km²); Torrão (1,5 Km²); Várzea do Douro (4,9 Km²) e Vila Boa do Bispo (12,5 Km²) –, perfazendo uma área total de 32,3 Km².

Este conjunto de freguesias encontra-se delimitado pelo Rio Tâmega, a norte, e o Rio Douro, a sul, os quais fazem linha fronteira com os concelhos de Castelo de Paiva, Penafiel e Cinfães.

3.2 – DIMENSÃO POPULACIONAL

Alpendorada, segundo os Censos de 2001, tem uma população residente de 4883 pessoas, o que corresponde a uma densidade populacional de 465 hab./Km²; Favões dispõe de 1098 habitantes e 373,6 hab./Km²; Torrão possui uma população de 948 habitantes e uma densidade populacional de 633,6 hab./Km²; Várzea do Douro compreende uma população de 2015 pessoas e uma densidade populacional de 414,3 hab./Km²; Vila Boa do Bispo é composta por uma população de 3085 habitantes e com uma densidade populacional de 247,1 hab./Km².

A sede do Agrupamento Vertical de Alpendorada situa-se na Vila de Alpendorada, principal aglomerado do território englobado, o que perfaz um universo total de 12029 habitantes.

Tem-se assistido a uma mudança na estrutura do povoamento e das dinâmicas internas da zona à qual corresponde um crescimento urbano e demográfico.

O sector da habitação é um elemento que contribui para a realidade económica e social do concelho. Uma grande parte das famílias já tem habitação própria. Ultimamente tem-se verificado uma forte tendência para a aquisição de apartamentos.

Foram recenseadas, em Alpendorada, 1480 famílias clássicas residentes para um total de 1802 alojamentos

familiares; em Favões, 335 famílias clássicas residentes para um total de 477 alojamentos familiares; em Torrão, 310 famílias clássicas residentes para um total de 339 alojamentos familiares; em Várzea do Douro, 608 famílias clássicas residentes para um total de 667 alojamentos familiares; em Vila Boa do Bispo, 951 famílias clássicas residentes para um total de 1215 alojamentos familiares¹.

Todas as freguesias que integram o território educativo do Agrupamento se encontram integradas na rede de distribuição de energia eléctrica; já as redes de esgotos e de abastecimento de água estão a ser gradualmente instaladas.

3.3 – ACESSIBILIDADES

As populações gozam de acessos rodoviários em razoáveis condições – a Estrada Regional – E.R. 108 Torrão - Alpendorada - Magrelos; pela E.R. 210 Alpendorada - Marco; E.N. 320 Penafiel – Vila Boa do Bispo – e ainda servida pelas estradas municipais que ligam as freguesias entre si e estas à sede do Concelho.

Esta zona é também servida pelo cais fluvial de Sardoura em Castelo de Paiva, existindo ainda o cais de Bitetos, situado em Várzea do Douro, onde diariamente (época turística) atracam os barcos que efectuam as linhas de Cruzeiros Turísticos no Rio Douro.

A existência de apenas uma empresa de transportes públicos (A JOALTO), condiciona as formas de deslocação/meios de comunicação utilizados, quer pela população escolar, quer, também, pela comunidade educativa em geral. A maioria dos alunos utilizam os autocarros escolares para virem para a escola; alguns, residindo mais próximos, fazem o percurso a pé ou, então, fazem-se transportar nos automóveis familiares. A população em geral vê as suas deslocações condicionadas pela ausência de um serviço estruturado de transportes públicos que estabeleça ligações constantes/periódicas com os concelhos limítrofes e a sede do distrito.

3.4 – PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Na área geográfica que constitui o território educativo do Agrupamento existe um património histórico significativo, que merece aqui referência em virtude das possibilidades que o mesmo oferece na perspectiva de aprofundamento da ligação entre o Agrupamento e o meio em que este se insere.

¹ - De acordo ainda com os referidos Censos de 2001.

Destacam-se, no domínio da Arquitectura Religiosa e concretamente na vila de Alpendorada, a Igreja e Mosteiro de Alpendorada, o Memorial, uma campã medieval em granito; no domínio da arqueologia, o Castro dos Arados; por fim, no domínio da arquitectura civil, a casa senhorial de Vilacetinho.

Em Favões, destacam-se a Casa de Oleiros, a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (arquitECTURA religiosa); a Casa de Cortes (arquitECTURA civil). Em Várzea do Douro, a Igreja Matriz, a Casa de Fontambom e a Casa de Soalheira, de traços senhoriais, e o Cais de Bitetos, importante ponto turístico, tornam-se centros de atracção.

Em Vila Boa do Bispo, destaca-se a Igreja de Santa Maria e Mosteiro de Vila Boa do Bispo, no domínio da arquitectura religiosa; a Casa do Eidinho, Casa da Lavandeira; a Casa de Cavalhõesinhos; a Casa do Bairral e Casa do Casal e a Casa do Outeiro inscrevem-se no domínio da arquitectura civil.

Na freguesia do Torrão destacam-se alguns edifícios que remontam ao início do século passado, bem como, e embora de construção bem mais recente, a ponte Duarte Pacheco, que cruza o rio Tâmega, de grande beleza.

3.5 – SECTORES ECONÓMICOS

Os variados sectores de actividade encontram-se representados no território educativo servido pelo Agrupamento.

A agricultura, maioritariamente de subsistência, e a criação de aves configuram o Sector Primário; a extracção e transformação de granitos, a construção de casas, o fabrico de fogões de sala e de objectos de decoração também ligados ao granito; o fabrico de mobiliário, oficinas/fábricas de serração, lenha e carpintaria exploram os recursos florestais existentes; o fabrico de vestuário em pequenas empresas de carácter quase familiar; as serralharias e torneiros mecânicos e outras pequenas indústrias ligadas à panificação, construção civil, extracção de inertes, fotografia, produção de energia (Barragem do Torrão) consubstanciam o Sector Secundário. No domínio do sector terciário, destacam-se os serviços alimentares, com inúmeras mercearias, supermercados, talhos, frutarias, restaurantes, cafés/tavernas; o comércio de automóveis (venda de velocípedes e automóveis), para além de oficinas de mecânica e electricidade automóvel; lojas de vestuário, drograrias, farmácias, papelarias, electrodomésticos, artigos eléctricos, calçado, móveis, hotelaria, ourivesaria, banca/serviços financeiros, seguros, retalhistas, armazenistas, serviços de importação/exportação, feirantes/vendedores ambulantes e agentes comerciais.

O sector de turismo também se encontra representado, quer através da existência do Hotel do Convento de

Alpendorada, quer através dos passeios do Douro, que têm o seu início na cidade do Porto e se prolongam até à Régua, detendo-se em Bitetos. Para além disso, o território educativo integra-se na área do “Entre o Douro e o Tâmega”, próximo da Serra do Marão, sendo caracterizado pela beleza das suas paisagens, a hospitalidade que caracteriza as suas gentes, a sua gastronomia e o seu bom vinho verde; insere-se ainda na Rota do Românico, tudo sítio contribuindo para que Alpendorada se integre num território de potencialidades turísticas ainda enriquecido pelo património histórico existente.

Também os desportos náuticos ganham relevo, atendendo ao lençol líquido formado pelas albufeiras de Crestuma – Lever e Torrão, aliado à existência do cais de Bitetos.

3.6 – INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

O território educativo do Agrupamento Vertical de Escolas de Alpendorada está dotado, ainda, de um conjunto de instituições/organizações que convém referenciar. Na área da saúde, a Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada, o Centro de Saúde da Feira Nova, a existência de diversos consultórios médicos ligados a especialidades, quer em Alpendorada, quer em Vila Boa do Bispo, bem como e ainda laboratórios de análises clínicas, permitem fornecer um conjunto de serviços na área de saúde que não são de minorizar.

Instituições na área financeira (vários bancos têm delegações em Alpendorada, Favões e Vila Boa do Bispo), bem como ligadas à segurança e protecção civil (Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha Portuguesa) são também de referenciar. Também na área social (Lar de Idosos/Fundação de Santo António, em Vila Boa do Bispo; Centros de Apoio aos Idosos, a funcionarem em todas as freguesias) marcam presença. Um posto de C.T.T. (Alpendorada) é ainda outra instituição que marca a sua presença.

No domínio das associações culturais, desportivas e recreativas, são de referir o Futebol Clube de Alpendorada, a Arca (Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada), o rancho folclórico de São João Baptista de Alpendorada, os Clube de Caça e de Pesca e Desportos Náuticos, a Fanfarra Juvenil de Alpendorada, o Grupo de Zés Pereiras, o Clube de Atletismo Independente e o Ginásio. Em Favões, marca presença o Centro Desportivo; em Várzea do Douro, um Clube Náutico e a Associação Desportiva e Cultural; no Torrão, também um Grupo Desportivo; por fim, em Vila Boa do Bispo, existem a Associação Cultural e Desportiva da Casa do Povo; o Rancho Folclórico da Casa do Povo; o Núcleo Desportivo Valboense e o Grupo de Dança Contemporânea “Movimentos”.

Consideramos serem todas estas associações/instituições de referir, pois elas contribuem para animar a vida cultural e social das freguesias que integram o território educativo do Agrupamento, bem como capitalizam inúmeros jovens que integram a nossa população discente, contribuindo assim para lançar as bases, no espírito dos mesmos, do sentimento associativo, do gosto pela actividade cultural/desportiva, o gosto e o conhecimento pelas comunidades em que vivem. Um projecto de educação de um qualquer estabelecimento de ensino, para ganhar densidade e se consolidar, não pode esquecer estas realidades, procurando antes construir pontes/eixos de comunicação que não podem ser reduzidos a uma mera partilha de espaços, como à frente se verá.

4 – QUEM SOMOS E QUANTOS SOMOS

4.1 - O AGRUPAMENTO

O Agrupamento Vertical de Escolas de Alpendorada é composto por vinte estabelecimentos de ensino – oito Jardins de Infância, sete Escolas do 1º Ciclo, quatro Eb1 com JI e, por fim, a escola sede, a EB 2 – 3 de Alpendorada. A população escolar servida, assim, pelo Agrupamento abrange os níveis de ensino Pré-escolar, Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Alguns dos Jardins-de-Infância situam-se a distâncias na ordem de 9 quilómetros, aproximadamente. Alguns destes Jardins recebem não só as crianças das povoações onde estão localizados, como também crianças de aldeias vizinhas. Os edifícios dos JI são, maioritariamente, de construção recente, embora alguns deles se encontrem um pouco degradados.

As escolas do Primeiro Ciclo (EB 1) são edifícios de construção antiga, existindo quatro que se encontram dotadas de Jardins-de-Infância. Destas últimas, apenas uma é de construção recente (EB1 com JI da Quinta da Vinha). Ao nível das estruturas, algumas foram intervencionadas, beneficiando de melhoramentos e obras de remodelação; mesmo assim, a maioria carece de obras.

Os acessos aos espaços escolares encontram-se em relativo bom estado de conservação; no entanto, nem todos os estabelecimentos beneficiam de transportes públicos, o que ganha especial significado no caso de escolas/JI que recebem crianças de aldeias limítrofes.

As dezanove escolas que, conjuntamente com a EB 2,3, formam o Agrupamento encontram-se a distâncias que oscilam entre um a 14 quilómetros desta última. As deslocações dos alunos para a escola-sede são feitas, na sua maioria, por transporte escolar. As EB 1 e os Jardins-de-Infância não possuem ginnodesportivo, sendo a prática desportiva feita ao ar livre, quando as condições o permitem, ou então nos pavilhões das Juntas de Freguesia, sempre que tal se revela possível.

A Escola EB 2,3 de Alpendorada foi construída há vinte e três anos, apresentando já sinais de degradação que se procuram minorar com obras ocasionais. O modelo de construção, edifício Tipo Brandão, com dois anexos pré-fabricados e dois blocos de construção posterior, cada um deles com três salas, não suporta convenientemente a população escolar. Carecem, a despeito das já mencionadas intervenções, de obras de conservação que permitam um melhor isolamento térmico, adequado à região onde nos situamos; no caso concreto dos pré-fabricados, o estado de degradação começa a tornar-se

incontornável, prefigurando-se como inadiável a sua substituição. Dotada de um total de 30 salas, uma biblioteca, uma cantina, um polivalente, gabinete médico, lavabos, fora a estrutura mais directamente ligada aos espaços administrativos, torna-se passível de ser salientada a falta de infra-estruturas complementares – laboratórios, insuficiência de espaços para converter em salas de estudo, espaços para clubes e espaços cobertos de recreio¹.

A oferta educativa proporcionada pelo Agrupamento estende-se desde o pré-escolar ao 3º Ciclo; no âmbito deste último, surgem três cursos de educação e formação, respectivamente do Tipo 2; o serviço educativo é complementado com serviços de educação especial, que garantem o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais, e a existência de diversos clubes que prefiguram a oferta de complementos curriculares – Clube do Ambiente, Clube da Saúde, Clube de Jornalismo, Clube de Teatro, Clube de Música, P.A.M. . Um gabinete de Serviços de Psicologia e

ESCOLA	FREGUESIA	Tipo Edifício	Nº Sala de aulas	Salas ocupadas	Salas 1º Ciclo	Salas pré-escolar	Salas devolutas	Informatizadas	Cantina
J.I. Tenrais	Vila Boa do Bispo	ST	1	1	0	1	0	S	1
J.I. Pinheiro	Vila Boa do Bispo	ST	1	1	0	1	0	N	1
J.I. Lamoso	Vila Boa do Bispo	ST	2	2	0	2	0	S	1
EB 1 Bairral	Vila Boa do Bispo	PC*	6	6	6	0	0	S	0
EB 1 Eidinho	Vila Boa do Bispo	ST	2	2	2	0	0	N	0
J.I. Serrinha	Alpendorada	ST	2	2	0	2	0	S	1
J.I. Lama	Alpendorada	ST	3	3	0	3	0	N	1
J.I. Vale do Côvo	Alpendorada	ST	3	3	0	3	0	N	1
EB 1 c/J.I. Cruzeiro	Alpendorada	P3	12	12	6	2	(1)	N	1
EB 1 Serrinha	Alpendorada	ST	3	3	3	0	0	S	0
EB 1 Vale do Côvo	Alpendorada	P3	6	6	6	0	0	S	1
EB 1/J.I. Qta. do Bairro	Várzea do Douro	-	5	5	3	2	0	S	2
EB 1/J.I. Travassos	Várzea do Douro	ST	2	2	1	1	0	S	1
EB 1 c/J.I. Gandra	Várzea do Douro	ST	3	3	2	1	0	S	2
EB 1 Catapeixe	Magrelos	ST	2	1	1	0	1	N	0
J.I. Devesas	Torrão	ST	1	1	0	1	0	N	1
EB 1 Cruz	Torrão	PC	3	2	2	0	1	S	0
J.I. Passadiço	Favões	ST	2	1	0	1	0	S	1
EB 1 Favões	Favões	PC	6	4	4	0	2	S	0

Quadro 1 - As Escolas do Agrupamento

SALAS DE AULA NORMAIS (19)	Computador (Serviço)	Computador (Alunos)	Internet/Wireless	Quadros interactivos	Projector Multimédia	Quadro “branca”	Televisão/Gravador	Vídeo	Livros para consulta	
	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
2 EVT	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
2 TIC	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
2 s/Turno	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
1 EV	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
1 ET	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
1 PAM	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
1 EM	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
3 CEF	15	0	0	6	16	19	1/1	1	-	-
1 BIB.	15	0	0	6	16	19	1	S	S	S

Quadro 2 - Salas da EB 2 - 3

Orientação contribui ainda para o acompanhamento de alunos com problemas de aproveitamento ou outros, bem como o desenvolvimento de um trabalho relevante na área da orientação vocacional. O Agrupamento encontra-se, neste momento, abrangido pela Rede Nacional de Bibliotecas Escolares e, tendo integrado o Projecto e-CRIE, transitou actualmente para o Plano Tecnológico da Educação, o que significa estar a generalizar, de forma gradual, a utilização de sistemas informatizados aplicados à prática pedagógica, a todos os estabelecimentos do Agrupamento. Neste momento, embora muitos Jardins de Infância e EB 1 estejam a ser equipados com internet e computadores, o sistema apenas se encontra em funcionamento, e de uma forma parcial, em alguns deles, pretendendo generalizar-se a todos; a sua implementação a 100%, acreditamos, poderá em grande medida contribuir para um melhorar da qualidade do serviço educativo ministrado, bem como – e consequentemente – para melhorar os índices de sucesso entre a população discente.

¹ - Sendo a Escola EB 2,3 constituída por diversos pavilhões, a interligação exterior entre os mesmos é feita por corredores cobertos; a antiguidade dos mesmos, porém, já se faz sentir.

3 - Nas dez assistentes técnicas inclui-se a Chefe dos Serviços Administrativos,
D. Conceição Barbosa

4.2 – OS ALUNOS, AS FAMÍLIAS

	Níveis de Ensino	Anos	Totais Alunos	N.E.E.	Escalão A	Escalão B
Pré-Escolar	3	127	-	-	-	-
	4	121	-	-	-	-
	5 ⁺	140	-	-	-	-
1º Ciclo	1º	191	1	-	-	-
	2º	167	1	-	-	-
	3º	165	7	-	-	-
	4º	217	4	-	-	-
2º Ciclo	5º	225	3	353		
	6º	246	6			
3º Ciclo	7º	135	-	271		
	8º	132	1			
	9º	100	1			
C.E.F.	1 ¹	14	2	8	4	
	2 ²	13	-	6	4	
	3 ³	18	-	6	6	

QUADRO 6 - ALUNOS- N.E.E. E APOIO SOCIAL ESCOLAR

	Níveis de Ensino	Anos	Totais Alunos	Habilitações (Pai)							Habilitações (Mãe)						
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	E. Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Outra	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	E. Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Outra
Pré-Escolar	3	127															
	4	121		76	164	60	24	-	3	61	62	143	50	41	-	26	76
	5	140															
1º Ciclo	1º	191		56	87	16	12	-	4	16	43	75	39	13	-	13	8
	2º	167		33	78	12	4	-	5	35	34	65	16	19	-	7	26
	3º	165		43	85	15	8	-	8	6	44	75	19	12	-	15	0
	4º	217		45	86	16	18	-	3	49	40	83	28	13	-	15	38
2º Ciclo	5º	225		66	76	20	5	-	4	54	69	84	8	3	-	1	60
	6º	246		73	89	19	12	-	7	46	77	92	15	9	-	4	49
3º Ciclo	7º	135		49	45	15	11	-	6	9	45	62	9	7	-	4	8
	8º	132		55	45	18	5	-	7	2	52	58	16	3	-	1	2
	9º	100		26	49	6	3	-	9	7	28	44	9	5	-	3	11
C.E.F.	1 ¹	14															
	2 ²	13		22	19	1	1	-	-	3	25	15	2	0	-	0	3
	3 ³	18															

QUADRO 7 - ALUNOS- HABILITAÇÕES ESCOLARES ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

O Agrupamento Vertical de Escolas de Alpendorada compreende, distribuídos pelos vários níveis de ensino que lecciona, 2011 alunos. Estes, concentram-se da forma testemunhada pelo quadro acima: 388 crianças concentradas no pré-escolar; 740 alunos no primeiro ciclo; 471 no segundo e 412 discentes no terceiro ciclo. No primeiro ciclo, deparamo-nos com a existência de 13 alunos com necessidades educativas especiais. No segundo Ciclo, 211 alunos são beneficiados pelo Apoio Social Escolar na sua Modalidade de Escalão A e 142 na sua modalidade de Escalão B, o que perfaz 353 alunos (75%); no terceiro ciclo, no seu conjunto, 141 alunos são beneficiários de Apoio Social Escolar na sua modalidade de Escalão A e 130 na modalidade de escalão B, o que perfaz um total de 271 (65%). No seu conjunto, assim, podemos afirmar que setenta por cento da população estudantil (EB 2,3 de Alpendorada¹) beneficia de Apoio Social Escolar.

Este é um primeiro indicador que, na essência, permite começar a concretizar a população discente do Agrupamento. Assim, esta é constituída, maioritariamente, por alunos

carenciados. A sua proveniência familiar é marcada pela baixa escolaridade dos progenitores, conforme se pode visualizar pelo Quadro 7. A baixa escolaridade que predomina entre os encarregados de educação dos alunos determina em grande parte o percurso profissional dos mesmos (vide Quadro 8), os rendimentos auferidos (daí tantas famílias recorrerem ao Apoio Social Escolar), bem como a capacidade de garantir um acompanhamento mais próximo e constante dos respectivos educandos, dessa forma prestando um auxílio eficaz para a superação das dificuldades que surjam. O índice cultural dos pais reflecte-se nos filhos, traduzindo-se nas baixas expectativas que os mesmos manifestam relativamente ao futuro, retirando assim peso à importância que concedem à escola. Estas baixas expectativas chegam a ser partilhadas pelos próprios encarregados de educação, perspectiva que se avoluma no decorrer do percurso da escolaridade, conforme também as dificuldades patenteadas pelos alunos se vão evidenciando.

¹ No momento, ainda não foram disponibilizadas pela Câmara Municipal informação referente ao apoio concedido aos alunos carenciados, pelo que é impossível fazê-la constar aqui.

Níveis de Ensino	Anos	Totais Alunos	Profissões (Pai)							Profissões (Mãe)						
			Carpinteiro	Canteiros/Pol. Pedra	Condutores v. pesados	Directores/ Gerentes	Pedreiros/ Calceteiros	Trab. Const. Civil	Outra	Sem Profissão	Costureiras	Pess. Limpeza	Directores/ Gerentes	Emp. Escritório	Docentes/Ensino	Outra
Pré-Escolar	3	127														
	4	121	35	24	23	32	67	0	207	126	85	5	5	10	8	149
	5+	140														
1º Ciclo	1º	191	32	13	13	13	29	22	69	85	45	7	8	3	3	40
	2º	167	23	7	10	12	29	26	60	78	37	1	5	9	3	34
	3º	165	25	13	9	17	43	13	45	84	32	7	7	5	7	23
	4º	217	21	41	12	5	25	3	110	79	42	11	4	1	5	75
2º Ciclo	5º	225	37	27	12	7	24	0	118	107	32	8	0	3	5	70
	6º	246	29	25	11	5	33	0	143	124	32	9	0	4	1	76
3º Ciclo	7º	135	13	10	18	2	29	0	63	59	20	7	0	5	1	43
	8º	132	18	0	17	4	31	0	62	70	19	6	0	1	2	34
	9º	100	7	1	12	2	19	0	59	42	10	3	0	2	3	40
C.E.F.	1 ¹	14														
	2 ²	13	8	2	4	1	12	0	18	28	8	3	0	0	0	6
	3 ³	18														

QUADRO 8 - ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS

dessas mesmas dificuldades. Enquanto no primeiro ciclo há alunos que apresentam sucesso no seu plano de recuperação, outros surgem sem sucesso¹. No 5º e 6º anos (segundo ciclo), as taxas de sucesso tornam-se bastante uniformes - 19,15 no 5º Ano; 17,70% no sexto. No sétimo ano, o sucesso dos Planos oscila entre os 60 e 80%, variando, embora com pequenas diferenças, entre turmas. No 8º Ano, o sucesso é elevado, sem grandes diferenças entre turmas, panorama que se volta a alterar no nono ano, em que o sucesso oscila entre os 60-80%, com variações, embora pequenas, entre as turmas.

Uniformizando os dados obtidos, o sucesso situa-se entre os 70% e os 80% nos diferentes anos. Isso não impede, como é testemunhado pela contínua elaboração dos Planos, que exista a gestação de uma elevada percentagem de alunos que arrastam, consigo e de forma persistente, dificuldades residuais que condicionam o seu percurso escolar, presente e futuro, e que podem também contribuir para o desencanto face à educação e à escola.

O avolumar das dificuldades sentidas pelos alunos visualiza-se melhor compulsando o quadro onde se revelam os planos de acompanhamento e recuperação de que os mesmos beneficiam ao longo do seu percurso escolar. De 43 planos (total) que foram elaborados no primeiro ciclo, este número sobe para 94, logo no início do ciclo de escolaridade seguinte - sem esquecer que doze alunos que transitaram do 4º ano para o 5º vieram já sob a medida de Plano de Acompanhamento. Este panorama continua a verificar-se ao longo do segundo e terceiro ciclos - 96 planos de acompanhamento no sexto ano; 87 no sétimo, 67 no oitavo e 54 no nono ano. As retenções atingem o seu pico, se considerarmos os números reais, no sétimo ano (12,26%); mas embora registando uma diminuição no oitavo (7,03%), voltam a subir no nono ano (10,78%)¹.

Esta constatação conduz-nos à conclusão inequívoca: há a persistência de dificuldades estruturais nos alunos, que determinam a persistência de um tão elevado número de Planos de Recuperação elaborados para contribuir para a superação

CICLO	ANO	TOTAIS ANO	P. AC ¹ .	P. REC ² .	RETENÇÕES	TRANSIÇÕES
PRÉ-ESCOLAR	3 Anos	88	-	-	-	-
	4 Anos	131	-	-	-	-
	5 Anos	180	-	-	-	-
1º CICLO	1º	155	-	-	-	155
	2º	167	10	20	10	157
	3º	219	2	11	2	217
	4º	202	1	12	1	201
2º/3º CICLO	5º	254	12	94	18	236
	6º	214	26	96	17	197
	7º	163	29	87	20	143
	8º	128	11	67	9	121
	9º	102	5	54	11	91
CEF	Emp. C ² .	-	-	-	-	-
	E. Inst ²	-	-	-	-	-
	I.S. Inf.	15	-	-	-	15

QUADRO 9 - PLANOS DE RECUPERAÇÃO/SUCESSO E INSUCESSO ESCOLAR - DADOS REFERENTES AO ANO LECTIVO 2008/2009

¹ Os dados aqui analisados partem do Relatório de Avaliação Interna, reportando-se, por isso, ao ano lectivo 2008/2009; estamos, no entanto, a falar de um a dois planos elaborados por sala de aula.

² Oferta curricular ainda não disponível no ano lectivo 2008/2009.

Também a análise da evolução dos índices de sucesso e

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
2006/2007									
Sucesso	99,6	90,8	99,2	98,0	88,7	92,7	86,2	94,6	88,9
Insucesso	0,4	9,2	0,8	2,0	11,3	7,3	13,8	5,4	11,1
2007/2008									
Sucesso	100	92,1	99,0	99,6	92,7	90,1	80,6	89,5	89,9
Insucesso	0,0	7,9	1,0	0,4	7,3	9,9	19,4	10,5	10,1
2008/2009									
Sucesso	99,6	94,0	98,8	99,4	92,7	91,7	87,3	92,8	89,1
Insucesso	0,4	6,0	1,2	0,6	7,3	8,3	12,7	7,2	10,9

QUADRO 9 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO SUCESSO/INSUCESSO AO LONGO DOS CICLOS E DOS ANOS

insucesso ao longo dos anos lectivos, de 2006/2007 AT+E 2008/2009, permitem constatar que os percursos evolutivos registados nos diversos anos de ciclo nem sempre são os mais desejáveis - ao nível do segundo ano de escolaridade o insucesso oscila entre os 9,2% (2006/2007) e os 6,0% (2008/2009). No terceiro ano, também regista um aumento (0,8% para 1,2%), o mesmo já não se verificando, porém, no 4º Ano. No segundo ciclo, os valores de insucesso ganham maior dimensão, mas registando tendência para descer - de 11,3, no 5º Ano, em 2006/2007, para 7,3% em 2008/2009. No sexto ano, os valores aumentam - 7,3% de insucesso no ano de 2006/2007 para 8,3% em 2008/2009.

É no terceiro ciclo que as retenções sobem acima dos dois dígitos - no sétimo ano, de 13,8% em 2006/2007 sobem aos 19,4 em 2007/2008, para descerem aos 12,7% em 2008/2009. Também no oitavo ano as taxas de insucesso registam um aumento - de 5,4% em 2006/2007 quase duplicam no ano seguinte, com 10,5%, descendo aos 7,2% no último ano considerado, 2008/2009. No nono ano, embora não atinjam os valores de 2006/2007, sendo-lhe inferiores, a verdade é que entre 2007/2008 e 2008/2009 os números revelam tendência para aumentar, voltando a atingir os 10,9%.

Despidos dos números absolutos, as percentagens podem tornar-se enganosas - no nono ano, por exemplo, não se está a considerar a taxa de sucesso de quase cem por cento obtido pelo Curso CEF implementado na altura; no oitavo ano, em 2008/2009, houve uma redução de alunos e, ao verificar-se tal, mesmo que se mantendo o número de alunos em retenção, ou mesmo

que diminuindo, se não significativamente, o seu peso percentual aumenta de uma forma não proporcional...

No final, a conclusão que se pode extrair é que o reconhecimento de que o sistema, e o currículo, de ensino mais, digamos, “tradicionais” não se adaptará a todos os alunos, atendendo às diferentes características que os mesmos apresentam, e a consequente diversificação da oferta curricular por parte do Agrupamento (com a criação de Cursos CEF), pode contribuir para ajudar a resolver, pelo menos em parte, o problema aqui enunciado. Esta realidade parece ser confirmada pelas taxas de sucesso apresentadas pelo Curso CEF iniciado no ano lectivo de 2008/2009, Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, de 100%. A continuidade destas experiências pedagógicas pode, e deve, ser um caminho a prosseguir, explorando diferentes possibilidades, abrindo diferentes cursos - percepção já consciencializada no decurso de 2009/2010, em que, para além do mencionado curso, abriram mais dois, um de Práticas Comerciais e outro de Instalação de Sistemas Eléctricos.

Constatadas a persistência de dificuldades, falta procurar determinar-lhe as especificidades e as causas respectivas para, seguidamente, e em função também do estabelecimento de uma imagem da Escola/Agrupamento que aqui se pretende construir, procurar-se definir sectores prioritários de acção e estratégias de desenvolvimento que possibilitem contrariar a realidade que ainda se patenteia através da análise dos resultados obtidos pelos alunos¹.

4.3 - CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES

4.3.1 - CONSTRANGIMENTOS

Auscultada a comunidade educativa, emergem alguns indicadores que confirmam a percepção que se está aqui a registar, e dos quais ressalta uma série de factores de formulação objectiva, a par de algumas tendências relevantes nos vários círculos de interacção escolar (Quadro 10).

Da observância desse quadro, bem como dos dados estatísticos existentes e registados, salientam-se os seguintes pontos:

a) - Um significativo insucesso escolar, apesar do reforço de um acompanhamento pedagógico, que se traduz quer na disponibilização de Aulas de Apoio Pedagógico Acrescido, quer no aumento de ofertas no domínio dos complementos curriculares;

b) - Subjacente ao insucesso encontram-se factores de

¹ Os dados referentes à evolução dos alunos nos diferentes ciclos de ensino estão mais explicitados no Relatório da Comissão Interna de Avaliação 2008/

2009, para o qual remetemos e que está, também e parcialmente, na base da reformulação do Projecto Educativo de Agrupamento aqui levada a cabo.

QUADRO 10 - ENUNCIÇÃO DE PROBLEMAS NAS DIMENSÕES CURRICULAR, PSICOSSOCIAL, FÍSICA E COMUNITÁRIA

DIMENSÃO CURRICULAR	DIMENSÃO PSICOSSOCIAL	DIMENSÃO FÍSICA	DIMENSÃO COMUNITÁRIA
- Maior capacidade dos Serviços de Psicologia e Orientação estenderem a sua acção a todos os níveis de ensino que compõem o Agrupamento; - Elevado número de alunos por turma; - Pouca evolução registada no desenvolvimento do domínio da Língua Portuguesa, ao nível da expressão oral e escrita; - Falta de métodos de trabalho e estudo; - Falta de concentração, com particulares consequências no desenvolvimento do raciocínio lógico-abstracto, que influi directamente nos resultados ao nível da Matemática e Ciências Físico-Químicas; - Falhas na articulação entre o Pré-escolar e o 1º Ciclo; - Necessidade de implementar a figura do Professor Tutor; - Inexistência de Lema; - Insucesso Escolar; - Pouca promoção da capacidade e desempenho dos alunos; - Insuficiente formação dos Assistentes Operacionais, nomeadamente na área da gestão de conflitos que envolvam alunos.	- Falta de regras básicas de educação e de civismo por parte dos alunos; - Necessidade de criar um grupo de trabalho com competências de orientação e acompanhamento no âmbito do insucesso e abandono escolar; - Falta de hábitos de higiene básica de grande número de alunos; - Alimentação desequilibrada; - Falta de respeito e excessos entre alunos, com recurso a violência verbal e física (principalmente dos de maior idade, mais velhos, sobre os de menor idade); - Desenvolvimento psico-social e necessidades próprias do processo de desenvolvimento, pouco considerados na transposição entre ciclos.	- Falta de materiais e equipamentos específicos para actividades lectivas e não lectivas; - Falta de condições ambientais e de equipamento das salas de aula e do Ginnodesportivo; - Uma certa insegurança no exterior da escola, com facilidade de contacto/trocas com pessoas adversas (devido ao tipo de vedação/gradeamento e à frequência desses espaços por elementos externos à escola); - Falta de espaços onde se possam desenvolver salas de estudo, clubes ou actividades de complemento curricular; - População escolar/discente em excesso relativamente às capacidades das instalações; - Falta de gabinetes de trabalho para departamentos; - Ausência, em inúmeras escolas do 1º Ciclo, de bibliotecas, espaços de polivalente e cantinas; - Condições pouco satisfatórias nos “recreios” e refeitórios (quando existentes) no Pré-escolar e 1º Ciclo.	- Pouca formação das famílias para o correcto acompanhamento e valorização do factor educação; - Falta de apoio em materiais e em meios de transporte para o desenvolvimento de actividades; - Demissão da responsabilidade educativa da família e entrega total desta função à escola, sendo normalmente omissa a figura paterna no acompanhamento do processo educativo; - Contexto sócio-cultural pouco favorável (baixa cultura/iliteracia do meio envolvente) com poucas expectativas e consequente subvalorização do papel da educação/ensino; - Falta de acções de esclarecimento e de formação para os pais e Enc.Ed. (de carácter prático) que visem esclarecer o papel dos representantes dos Enc.Ed.; articulação efectiva entre escola, pais e encarregados de educação; explicitação dos deveres e direitos dos pais e Enc. Ed.; - Pouca participação dos Enc. Ed. nas actividades promovidas pela escola, que também decorre da publicitação insuficiente; - Falta de Associação de Estudantes; - Materiais específicos para crianças com NEE sem provimento por parte dos organismos competentes; - Encaminhamento dos ex-alunos que circulam regularmente fora da escola.

ordem física (instalações, e insuficiência ou deficiência das mesmas, nas várias escolas que integram o Agrupamento; carências de espaços físicos - laboratórios, locais para reunião de clubes, espaços para a prática desportiva), que prejudicam a prática pedagógica e a tarefa de aprender/ensinar e, também, o distanciamento dos alunos face a uma Escola/Agrupamento que não lhes oferece todas as condições, nesta matéria, que desejariam para se desenvolverem física e mentalmente, de acordo com as suas expectativas;

c) - Persistência de factores de ordem mental/cultural que condicionam, também, o desempenho dos alunos no seu percurso escolar - a baixa escolaridade e nível cultural dos pais, a falta de expectativas destes relativamente aos seus educandos, que os contagia, e o percurso inverso, ou seja, o avolumar das dificuldades por parte destes últimos, que leva os seus progenitores a partilharem da ideia de insucesso *inevitável* que cria raízes nos discente;

d) - A persistência de uma ideia de inutilidade/reduzida utilidade da Escola e das aprendizagens nela implementadas, partilhada por filhos e progenitores, em que o percurso escolar surge apenas como uma etapa no percurso de vida dos alunos; a realidade actual, com as suas crescentes exigências ao nível da formação, mas também com os índices de desemprego a dispararem, tem contribuído para uma mudança sensível neste posicionamento de pais e filhos, embora não de uma forma uniforme;

e) - Persistência de um certo desfasamento entre as capacidades/conhecimentos que a escola procura desenvolver e transmitir e a realidade envolvente, resultante de um insuficiente esforço de articulação e adaptação dos currículos;

f) - Persistência de tendências de transgressão ao nível dos hábitos comportamentais e do civismo/respeito, que acaba por ser, em parte, reflexo do quadro acima traçado;

g) - Uma relação de colaboração ainda insuficiente, que deve ser reforçada, entre a escola e o meio, que contrarie o ainda existente afastamento dos encarregados de educação face à escola, traduzido numa participação ainda insuficiente destes na vida escolar e nas iniciativas desenvolvidas pelo Agrupamento;

h) - Insuficiência da formação do pessoal docente e não docente, no capítulo da modernização dos métodos de abordagem aos problemas e desafios que se colocam à escola/agrupamento, gestão e resolução de conflitos.

Estes factores, que ditam as grandes áreas-chave de intervenção do P.E.A., consubstanciam-se na análise que se segue, relativa aos dados de caracterização que têm vindo a ser analisados:

1 - Ao nível do espaço físico - Algum desgaste de edifícios e, principalmente, a falta de espaço e de condições adequadas nos edifícios da escola-sede;

2 - Ao nível dos recursos humanos - necessidade de formação específica que considere os interesses próprios dos

intervenientes e das linhas orientadoras deste P.E.A.; necessidade de contrariar a ainda existente falta de articulação entre ciclos e docentes, devendo neste domínio ser trabalhada a partilha de experiências e a uniformização de critérios de actuação, conducentes à promoção da qualidade escolar;

3 - Contexto escolar - persistência de um insucesso escolar no ensino básico, com retenções a atingirem os seu valores mais elevados nos sétimo e nono anos de escolaridade, acompanhadas por uma elevada percentagem de retenções ao longo do percurso escolar dos alunos; ainda nesta correlação, será importante considerar o avultado número de Planos de Recuperação/Acompanhamento aplicados em todos os ciclos, que evidencia a existência de um elevado insucesso disciplinar, sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

4 - Como tendência preocupante, evidenciada por quase toda a comunidade educativa, encontra-se a presença recorrente de jovens ex-alunos nas imediações da escola, que resultará de não prosseguimento de estudos ao nível secundário, reforçadas pela dificuldade em encontrar emprego ou, pelo menos, um emprego que satisfaça as expectativas dos jovens em causa;

5 - Persistência de falhas na comunicação, quer ao nível interno, quer externo, que assegure a ligação e a circulação de informação entre os vários elementos da comunidade educativa.

4.3.2 - POTENCIALIDADES

No domínio das potencialidades, o Agrupamento beneficia de circunstâncias, algumas resultantes da sua acção, outras do meio em que se insere, das quais, se fizer um criterioso aproveitamento das mesmas, poderá beneficiar.

No domínio das condições intrínsecas, salienta-se que estas resultam de um trabalho que se tem vindo a construir ao longo dos últimos anos, que deve ser continuado e reforçado. Destaca-se, assim:

- O combate ao abandono escolar, que neste momento se situa na ordem dos 1,3%, quer através de um acompanhamento mais próximo das situações de risco, mediante um trabalho conjunto entre as estruturas do Agrupamento - Direcção/ Directores de Turma/Serviços de Psicologia e Orientação, quer através da implementação de novas propostas educativas (cursos CEF, uma mais larga oferta de complementos curriculares...), quer mediante parcerias com outras entidades, quer, ainda, através do encaminhamento de alunos para outras instituições educativas, capazes de dar resposta às aspirações e ambições dos mesmos;

- A maior parte dos alunos afirma gostar da escola, o que também deriva do trabalho desenvolvido no capítulo da integração e da criação/disponibilização de estruturas que visam a edificação destes laços afectivos - os complementos curriculares, mas também a disponibilização de recursos informáticos para benefício dos alunos, terão, neste capítulo, o

seu peso significativo;

- O desenvolvimento de projectos, como foi o caso do eCRIE e agora se prolonga no Plano Tecnológico da Educação, e é o caso do Plano de Acção da Matemática, o Plano Nacional de Leitura, que ganha prolongamento no Plano de Português, revelam-se exemplos importantes de acções estratégicas, pensadas a médio prazo, que são desenvolvidas pela Escola e que apresentam indicadores de sucesso, mas que podem, no entanto e ainda, ser mais rentabilizadas;

- A oferta de soluções educativas novas e dinâmicas ganham significado em si, não correlacionado com a questão do abandono escolar, quando se considera que as mesmas não são procuradas por apenas crianças em risco ou nessa situação, mas por jovens que buscam novas experiências, novas soluções, adaptadas às suas ambições e necessidades de expressão (os Clubes) ou encaminhamento profissional futuro (os CEF);

- O desenvolvimento de um trabalho cada vez mais consistente, também ele derivado de um conhecimento sempre crescente dos alunos com que se opera, na área do aconselhamento e orientação vocacional, por parte do Gabinete de Psicologia e Orientação escolar;

- O aumento gradual das acções de esclarecimento e de formação abertas aos pais e professores, que têm tido níveis de participação bastante aceitáveis, e vindo a ser avaliadas de forma francamente positiva pelos respectivos públicos, assim traduzindo a tentativa de aproximação entre o Agrupamento e a Comunidade Educativa que serve;

- Crescente valorização, ao nível do P.A.A., de iniciativas que valoram a prática desportiva, assim contribuindo para fomentar o gosto pela Escola, por parte da população discente, mas também iniciativas que visam aproximá-la da Comunidade Educativa e que têm revelado índices de audiência satisfatória e mesmo em crescimento - a Feira de S. Martinho, que em grande parte se realiza graças ao empenho, em casa, dos pais, que depois gostam de “aparecer” na escola para avaliar o desempenho da turma do seu educando; a Semana Cultural, em que os pais são atraídos à escola por uma programação que procura ser cada vez mais diversa; as apresentações de Teatro, são tudo bons exemplos das actividades aqui em referência; estes momentos podem, e devem, ser aproveitados para uma maior interacção entre todos os elementos que constituem o Agrupamento e para a inclusão participada dos pais e encarregados de educação;

- O desenvolvimento de acções de formação abertas aos Assistentes Técnicos, nas áreas em que os mesmos se revelam, eventualmente, mais carenciados - prevenção e gestão de conflitos; pronto-socorros; Gripe A, etc.;

No capítulo das mais valias que poderemos considerar decorrerem de condições externas à escola, podemos destacar as seguintes:

- Existência de um património, quer histórico quer natural, na região em que se integra a escola que pode, e deve, ser explorado activamente, revelando-se uma forma importante de

inserir a escola no seio da comunidade local - os monumentos antiquíssimos, que remontam ao Império Romano, atravessando a época dos Castros e toda a Idade Média, Moderna e contemporânea; a flora e a fauna; o laboratório de estudo que é o rio Douro, em termos paisagísticos mas também de geografia humana, são recursos que o Agrupamento não pode eximir-se de utilizar;

- Uma crescente interacção com as autarquias, quer Juntas de Freguesia, quer Município, derivadas da entrega da manutenção das infra-estruturas que constituem o património urbano do Agrupamento, no caso das escolas primárias e jardins-de-infância, mas também da criação do Concelho Municipal da Educação; crescentemente, estes órgãos levam a Escola a ser chamada a intervir no meio em que se insere, a dar a sua opinião, a solicitar auxílios que têm mais condições de ser satisfeitos;

- O desenvolvimento gradual de uma política de associações, protocolos e colaborações com entidades externas à escola, propiciadas por variados factores e que partem quer da iniciativa do complexo de ensino que somos, quer, por vezes, das entidades em causa, num verdadeiro espírito de entre-ajuda que só pode beneficiar todos os intervenientes;

- A realização de intervenções específicas ao nível dos espaços físicos do Agrupamento, que embora sendo normalmente despoletadas por iniciativa da Direcção do mesmo, estão dependentes de entidades externas - por vezes a Direcção Regional de Educação, quando na escola sede, outras vezes das autarquias, quando nas escolas do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo; a satisfação cada vez mais pronta das solicitações feitas, neste último domínio, atesta a receptividade com que a comunidade educativa, e a consciência que os órgãos políticos têm de tal, recebe as iniciativas do Agrupamento, num reconhecimento implícito, se bem que não sistematizado, da qualidade do trabalho que se tem procurado desenvolver;

- A estabilidade do quadro docente (na sua maioria constituído por docentes do Quadro de Agrupamento) que se consolida com o novo modelo de concurso e colocação dos professores do ensino pré-escolar, 1º, 2º 3º Ciclos e Secundários, que adoptou o regime da plurianualidade, assim reconhecendo os contributos pedagógicos derivados de tal permanência, nomeadamente no domínio do conhecimento das realidades com que trabalham e no da crescente disponibilidade para serem factores de mudança e enriquecimento do material humano que constitui a sua matéria-prima; e

- Por último, transversal a estes factores, é a existência de uma massa humana disponível para ser trabalhada, que exige ser captada e inserida num sistema educativo que tenha um projecto exequível que contribua para a sua realização pessoal; os alunos do Agrupamento, se bem que apresentando diversas carências interiorizadas e já atrás apontadas, respondem bem às solicitações que lhes são feitas, não são indisciplinados - os actos de indisciplina prendem-se, sobretudo, com perpetuação de

modelos trazidos do exterior, sendo fundamental e prioritária a alteração desse paradigma, a oferta, ou sobretudo a criação, de um outro paradigma, que lhes ensine a possibilidade de alcançarem mais longe.

Caracterizado o Agrupamento nos seus espaços físicos e na sua dimensão humana, nos seus constrangimentos mas, também, potencialidades, chegou a altura de traçarmos a imagem do que pretendemos para o futuro.

5 - AS AMBIÇÕES

Após o estudo do contexto sócio-cultural do Agrupamento, sobressai um conjunto de factores determinantes e com implicações no contexto educativo, nomeadamente:

- Muito baixa escolaridade média de pais e encarregados de educação, com formação superior residual;
- Meio envolvente de matriz ainda muito rural, embora com profissões predominantes ligadas ao sector secundário e terciário;
- Baixas ambições de escolarização;
- Literacia científico-cultural, com consequente subvalorização do papel da Escola.

Acrescem a estes domínios, factores inerentes às práticas educativas, que corroboram a realidade caracterizada:

- Elevada percentagem de alunos com três ou mais níveis inferiores a três, sobretudo no 2º e 3º Ciclos;
- Elevada percentagem de alunos com Planos de Recuperação;
- Aplicação eficaz de estratégias e planos de acção, mas ainda pouco consequentes na franja de insucesso descortinada.

Deste modo, urge apresentar, e concretizar, um conjunto de ambições/metast centradas principalmente nas áreas estruturais e operativas. A configuração destas metas envolve um plano de acção que assenta no seu histórico último de resultados, nas metas e desígnios dos currículos nacionais e no contexto sócio-educativo que é a nossa realidade e à qual temos de adequar e adaptar o Agrupamento, usando este último como factor de compreensão e integração dos seus alunos nesse meio.

Nesta perspectiva, são definidas as seguintes metas:

- I - Promoção do sucesso educativo de todos os alunos;
- II - Redução do abandono escolar;
- III - Generalização do ensino experimental das ciências;
- IV - Diversificação das oportunidades de aprendizagem, tirando partido das TIC;
- V - Aumento da qualidade e eficiência do sistema de educação e formação, com implementação plena de um sistema de auto-avaliação e troca de boas práticas;
- VI - Promoção da saúde

5.1 - PLANO DE INTERVENÇÃO

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL/COMUNITÁRIA I - Promover o sucesso educativo de todos os alunos:	
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	INDICADORES
a) - Sustentar/melhorar os resultados de sucesso ao nível de transição.	a) - Sustentar/melhorar os resultados de sucesso ao nível de transição.
PLANO DE ACÇÃO - Promover, recorrendo às estruturas pedagógicas do Agrupamento, a uma articulação vertical e horizontal dos conteúdos, saberes e competências a transmitir; - Identificar as disciplinas com maior nível de insucesso; - Estabelecer acções de diagnóstico que detectem as dificuldades dos alunos e tracem percursos de intervenção para superação das mesmas; - Definir estratégias conjuntas de superação de dificuldades detectadas; - Recurso aos serviços especializados de apoio educativo, ao nível do apoio individualizado no âmbito da psicopedagogia, orientação escolar e profissional; - Prosseguir a aplicação de planos estratégicos de apoio aos alunos (PAM, PNL/PP, aulas de Apoio Pedagógico Acrescido); - Realizar uma articulação entre as disciplinas com alunos em dificuldades e as aulas de apoio pedagógico acrescido, de molde às segundas contribuírem efectivamente para a superação das carências apontadas na proposta de encaminhamento; - Dinamização de clubes na escola, bem como outros projectos, de acordo com os objectivos propostos neste Projecto Educativo; - Encaminhar alunos com bastantes dificuldades para complementos curriculares que se revelem adaptados ao perfil, interesses e carências pelos mesmos manifestadas; e - Promover a realização de reuniões periódicas com os encarregados de educação dos alunos com piores resultados;	- Taxa de retenção, por ano lectivo, por ciclo e global; - Taxa de conclusão do 9º Ano; - Taxa de transição 2º Ciclo com 11 ou mais anos; - Taxa de retenção repetida; - Taxa de sucesso dos Planos de Recuperação; - Taxa de sucesso dos Planos de Acompanhamento

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL/COMUNITÁRIA		
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	I - Promover o sucesso educativo de todos os alunos: b) - Melhorar a qualidade dos resultados dos alunos.	
	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES
- Aumentar a média global de classificações da Escola (PLANO II - Ver Anexo 1); - Monitorizar práticas de avaliação em exercício; - Melhorar os resultados obtidos nos exames nacionais/provas de aferição às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (PLANO III - Ver Anexo 1); - Observar uma diferença máxima de 10% no desvio entre resultados internos e externos a cada disciplina sujeita a prova de exame nacional ou de aferição.	- Reforçar a aquisição de conhecimentos com recurso aos complementos curriculares disponíveis (clubes); - Promover uma articulação entre os conteúdos ministrados e a realidade do meio envolvente, com recurso a trabalhos de grupo e/ou individuais, visitas de estudo, etc.; - Definir trabalhos de projecto nos Conselhos de Turma e articulação destes, com os conteúdos programáticos; - Orientar as actividades do P.A.A. para a valorização do processo ensino-aprendizagem e para as necessidades científicas, humanistas e culturais da realidade actual; - Apoio aos alunos na aquisição de métodos de trabalho, de estudo e da necessidade de concentração (Estudo Acompanhado e Apoios Educativos); - Levar a cabo acções de formação específicas, oficinas de formação e/ou círculos de estudo, para promoção da qualidade escolar e efectiva aplicação do P.E.A.; - Solicitar a participação de todos os elementos da comunidade educativa nos projectos e acções estratégicas da escola; - Elaboração de folhas de informação para os encarregados de educação, que manifestem a reflexão do Conselho de Turma sobre o aluno, bem como as relativas a projectos de escola; - Realização de reuniões periódicas entre encarregados de educação e professores/directores de turma.	- Média Global da escola (APLICACÃO DOS DESCRITIVOS DAS TABELAS A e B - Ver Anexo 2) - Percentagem de documentos formais uniformizados de planificação e de operacionalização da avaliação; - Desvio nas percentagens de nível inferiores a 3 internos e externos, em cada disciplina/ano sujeita a prova de exame ou de aferição; - Diferença relativamente aos resultados do ano anterior.

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL E COMUNITÁRIA II - Reduzir os riscos de abandono escolar <i>a) - Sustentar os índices de abandono escolar;</i> <i>b) - Valorizar os benefícios do ensino na formação pessoal e social.</i>		
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES
- Manter abaixo dos 3%, no 1º, 2º e 3º Ciclos, a percentagem de abandono escolar (quando dentro da escolaridade obrigatória), até ao final do ano lectivo 2008/2009 e nos anos seguintes; - Manter os índices de frequência escolar; - Incentivar a responsabilidade e participação do aluno e seus encarregados de educação no sistema de ensino; - Manter uma oferta formativa na área de cursos profissionalizantes; - Direcção as actividades do PAA no sentido da valorização do papel da escola/ensino para a vida.	- Garantir o acompanhamento dos serviços de apoio especializados aos alunos em risco, para detecção atempada das situações e sua tentativa de superação; - Encontros periódicos de convívio, trabalho em equipa e/ou grupo de reflexão conjunta no interior de cada um dos segmentos que compõem a comunidade escolar, com o objectivo de analisar e procurar soluções para as situações detectadas; - Avaliação sistemática da incidência e evolução dos problemas da escola, estimulando uma cultura de hetero e auto-análise; - Encaminhamento do aluno para soluções educativas adequadas ao seu perfil (complementos curriculares/clubes; gabinete de psicologia e orientação, cursos CEF existentes na escola ou noutra); - Sensibilização e motivação do aluno para a importância do sucesso escolar na construção de um futuro mais pleno de oportunidades; - Promover actividades que interliguem as mundivivências do aluno com as realidades e vivências escolares - Elaboração de folhas de informação para os encarregados de educação, que manifestem a reflexão do Conselho de Turma sobre o aluno; - Realização de acções de sensibilização na comunidade educativa, como meio de prevenção e minimização de comportamentos de indisciplina; - Encaminhamento do aluno para o Gabinete de Protecção de Jovens e Menores em Risco de Marco de Canaveses.	- Percentagem de abandono escolar por ano lectivo (número de alunos dentro da escolaridade obrigatória que, ao longo do ano, abandonou a escola e não se inscreveu em nenhum curso de educação ou formação); - Percentagem dos alunos que desistiram de prosseguir estudos (número de alunos dentro ou fora da escolaridade obrigatória que, ao longo do ano, abandonou a escola e não se inscreveu em nenhum curso de educação ou de formação); - Acções de prevenção e de diligências de acompanhamento nos casos de desistência de frequência. - Número de participações disciplinares; - Níveis de ocupação do tempo escolar em actividades lectivas e não lectivas; - Taxas de conclusão do 9º Ano; - Taxa de transição 2º Ciclo com 11 ou mais anos; - Taxa de retenção repetida; - Número de alunos em cursos profissionalizantes; - Relatório do Plano Anual de Actividades.

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL E COMUNITÁRIA III - Generalizar o ensino experimental das ciências: a) - <i>Aumentar a qualidade das salas equipadas com materiais científicos e tecnológicos;</i> b) - <i>Aumentar o número de iniciativas envolvendo actividades práticas e experimentais</i>		
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES
- Melhorar o equipamento científico-tecnológico; - Promover o recurso às TIC. - Orientar o Plano Anual de Actividades no sentido de promover e privilegiar esta vertente de competências; - Incentivar a formação contínua.	- Realização de um relatório detalhado sobre as condições físicas existentes e materiais/equipamentos disponíveis; - Utilização de equipamentos e recursos informáticos na concretização de projectos na área científica, quer no âmbito específico das disciplinas, quer no âmbito dos clubes/apoios/complementos educativos - Desenvolvimento de projectos de trabalhos em regimes de parcerias com entidades locais ou regionais; - Execução de projectos de turma, com candidatura a projectos nacionais na área das ciências e tecnologias; - Dinamização de projectos de turma que visem a recuperação, enriquecimento e/ou manutenção dos espaços laboratoriais; - Colaboração no Jornal da Escola ou outras publicações desenvolvidas pela mesma, nomeadamente página da escola, blogs, etc.; - Implementação de projectos na área de educação para a ciência e sensibilização ambiental; - Colaboração na realização da semana da escola e de outros eventos; - Divulgação de conteúdos no site da escola, com os trabalhos realizados por docentes e discentes na área das ciências; - Consagração, no Plano Anual de Actividades, de tempos próprios para a concretização de projectos na área das ciências.	- Número de intervenções ao nível dos equipamentos das salas; - Número de requisições de salas e equipamentos (grau de utilização) - Número de projectos indexados a este fim (Ecoescolas, PAM, Ciência Viva, Ciências Experimentais, Clube do Ambiente, Clube da Saúde, etc.); - Número de acções de formação contínua desenvolvidas nesta área.

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL E COMUNITÁRIA		
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES
IV - Diversificar as oportunidades de aprendizagem, tirando partido das TIC a) - <i>Criar uma oferta de dupla certificação na área informática - CEF;</i> b) - <i>Organização e dinamização de uma equipa/projecto ao nível do P.T.E.</i> c) - <i>Promoção de acções e actividades com recurso às TIC.</i>	- Desenvolver o processo de candidatura à manutenção do CEF na área de informática; - Identificar os alunos com perfil para frequentarem o CEF em referência; - Informar e sensibilizar educandos e respectivos Enc. de Educação para a oferta formativa em causa; - Elaborar um Plano de Acções de Formação contínua a desenvolver; - Promover a realização de acções de formação abertas a docentes e alunos, que divulguem a utilização das TIC em geral e adestrem competências específicas nessa área; - Recorrer à plataforma Moodle como complemento pedagógico das várias disciplinas; - Efectuar actualizações periódicas da página on-line do Agrupamento; - Inscrever nos blogs existentes ou a criar notícias e testemunhos que evidenciem a actividade desenvolvida; - Promover a instalação de computadores nas salas de aula; - Proceder à instalação de computadores em espaços públicos controlados, frequentados pelos alunos; - Criar uma sala aberta à utilização de recursos informáticos por parte da população discente; - Criação de uma publicação periódica, online ou em suporte de papel, que recorra à utilização dos recursos informáticos	- Número de alunos matriculados.
	- Incentivar a formação contínua.	- Número de acções de formação contínua desenvolvidas nesta área;
	- Manter actualizada a plataforma Moodle, a página da escola e os blogs existentes.	- Número de acessos registados (visitas); - Número de alunos envolvidos nos conteúdos;
	- Utilização de jogos didáticos, programas específicos e materiais informáticos nas diferentes áreas/disciplinas.	- Grau de eficácia da aplicação dos meios utilizados.

DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL E COMUNITÁRIA		
V - Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação, com implementação plena de um sistema de auto-avaliação e troca de boas práticas: a) - Generalização do trabalho de auto-avaliação iniciado; b) - Acções de troca de experiências no contexto das práticas de auto-avaliação.		
METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES
- Estender as áreas de intervenção da equipa de auto-avaliação; - Incentivar a formação contínua. - Promover iniciativas de partilha efectiva de experiências na área da auto-avaliação com escolas/agrupamentos da região.	- Avaliação sistemática da incidência e evolução dos problemas da escola, estimulando uma cultura de auto-análise; - Realizar encontros periódicos de convívio, trabalho em equipa e/ou reflexão conjunta no interior de cada um dos segmentos que compõem a comunidade escolar; - Realizar um relatório detalhado sobre as condições existentes ao nível das diversas áreas físicas, materiais e pedagógicas do Agrupamento, promovendo a reflexão e a auto-regulação;	- Número de áreas de intervenção contempladas no trabalho do ano; - Número de iniciativas de troca de experiências; - Grau de satisfação dos participantes nas iniciativas.

METAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES-TIPO	DIMENSÃO CURRICULAR/PSICOSSOCIAL E COMUNITÁRIA VI: Promoção da Saúde a) - Integração na rede nacional de escolas promotoras da Saúde.		
	PLANO DE ACÇÃO	INDICADORES	
- Continuação do protocolo de trabalho com a Unidade de Saúde Familiar; - Projecto Educação Para a Saúde; - Incentivar a formação contínua	- Continuação do protocolo de trabalho com a Unidade de Saúde Familiar; - Promover acções, no âmbito do Projecto para a saúde, tendentes a sensibilizar os discentes para problemas persistentes no meio em que se inserem; - Colaboração no jornal da escola ou noutra publicação da mesma, divulgando o trabalho realizado; - Divulgação eficaz de toda a informação variada, com recurso a boletins, painéis, palestras e suportes informáticos existentes; - Realização e frequência de acções de formação/sensibilização abertas à comunidade educativa, como meio de prevenção e minimização de comportamentos de risco.	- Número de iniciativas criadas ao abrigo do trabalho conjunto; - Número de acções de formação contínua desenvolvidas nesta área.	

Este capítulo não se poderia concluir sem se destacar que não se pretende, a despeito do peso que ganham os recursos na área das TIC e a busca de outras soluções educativas, edificar aqui um ensino que gere tecnocratas. A dimensão humana tem de estar subjacente, consignada no desenvolvimento de um conjunto de princípios, valores e atitudes que são fundamentais para a vivência em sociedade.

Considerar a escola como espaço educativo primordial exige que esta contemple o desenvolvimento harmonioso de múltiplas aprendizagens, nelas abrangendo as de índole deficitário (dentro do contexto local), mas também as de carácter estruturante.

Assim, a transmissão de conhecimentos estruturantes, considerando a utilidade do recurso às novas tecnologias como forma metodológica/estratégica a privilegiar; a transmissão de competências que permitam a utilização dos conhecimentos adquiridos em todos os níveis dos processos de desenvolvimento e actuação pessoal e social, tornando os jovens aptos a crescerem e se desenvolverem interagindo na sociedade, compreendendo-a, influenciando-a; mas e por fim, não menos importante, a formação na cidadania, assumindo-se a escola como um local onde devem ser fomentados e vividos os valores democráticos fundamentais:

- O respeito pelas regras estabelecidas;
- A solidariedade;
- A participação crítica, atenta e construtiva no projecto comum da Escola/Agrupamento;
- O reconhecimento da diferença cultural, religiosa, étnica, sexual ou outra;
- O exercício da liberdade como princípio fundador de toda a regra de convivência social;
- A implementação, de forma universal, do acesso ao conhecimento e utilização das novas tecnologias.

A criatividade, possibilitando o despertar de capacidades e aptidões individuais e colectivas, passando pelo desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo na sua diversidade; a convivência democrática, estimulando e criando as condições para a participação de cada um dos seus membros na construção de um projecto comum; a sociabilidade, estimulando oportunidades de convivência tolerante e saudável entre os seus diversos membros e, por fim, a sustentabilidade ambiental e social, desenvolvendo a interacção entre a escola e o meio em que esta se insere, na sua dimensão social e natural, assim contribuindo para a protecção do meio ambiente, o equilíbrio ecológico e a preservação do património cultural e histórico, são também metas que têm de estar presentes, subjacentes, a um qualquer projecto de educação.

No plano vasto da tarefa que aqui se delinea, a participação e partilha de responsabilidades pelas diversas estruturas que têm por tarefa a orientação pedagógica do

Agrupamento é indispensável, não podendo ser menosprezada. O Conselho Pedagógico, os Departamentos e Conselho de Docentes; os conselhos de turma, são organismos fundamentais para a detecção atempada de problemas e a adopção das medidas adequadas a cada situação.

Saliente-se, ainda, que pretender, no final, a construção de um projecto educativo totalmente fechado seria torná-lo pouco maleável, sinónimo de afirmá-lo pouco funcional e sujeito a ser rapidamente ultrapassado pela realidade. Assim, as propostas de “Plano de Acção” apresentadas anteriormente resumem-se a isso, propostas de acção, mais espelho da diversidade de procedimentos e recursos a que se poderá recorrer no sentido de construir uma nova visão de escola, mais moderna, mais adaptada à realidade envolvente e com índices maiores de sucesso.

Também será determinante, para a concretização do Plano aqui proposto, um trabalho cuidado de acompanhamento, prestado pelos órgãos de gestão do Agrupamento, que devem implementar estruturas e metodologias capazes de fazer uma permanente e efectiva auto-avaliação no âmbito da execução deste projecto. A estruturação de um plano de monitorização que, em tempo real, considere os parâmetros indicativos das metas referenciadas e avalie o seu grau de concretização, torna-se imprescindível, devendo a sua acção ser coordenada pelo órgão de gestão e submetidos os seus resultados ao Conselho Pedagógico e Conselho Geral.

Para construir um projecto, este projecto, a colaboração de todos os diversos intervenientes, quer estruturas administrativas, quer elementos da comunidade educativa, é imprescindível.

6 - MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJECTO

Compete ao Agrupamento, nos seus órgãos de gestão e de administração, fazendo uma boa gestão das estruturas administrativas e pedagógicas, conjugar esforços no sentido de implementar as opções estratégicas aqui indicadas.

Nesse sentido, deverão ser analisados, avaliados e eventualmente reestruturados os Planos de acção estabelecidos, assumindo neste papel uma crucial importância os Departamentos e a Comissão de Avaliação Interna permanente, que deverá ser constituída por elementos extraídos daqueles.

Devem ser criados mecanismos formais de apreciação crítica do impacto das actividades na melhoria dos resultados, com instrumentos cientificamente válidos.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente seja feita a auscultação da opinião dos pais sobre assuntos relevantes relativos ao funcionamento do Agrupamento, nomeadamente no concernente a actividades que deverão constar do Plano Anual de Actividades e formas de concretização; também o reflexo da acção desenvolvida deverá ser recolhida por inquéritos anuais, de preenchimento voluntário mas aleatório, mediante o estabelecimento de uma amostra que se revele representativa da realidade do agrupamento, respeitando o peso que os diversos ciclos têm na constituição dessa realidade.

Sendo o projecto tri-anual, a sua avaliação total só se deverá concretizar findo o triénio; isso, no entanto, não invalida que anualmente sejam reunidos os dados referentes às situações sócio-económicas dos alunos, bem como carências educativas apresentadas, de forma a incluir, numa perspectiva de permanete re-estruturação e readaptação, alterações que visem tornar este Projecto mais funcional, adaptado à evolução da realidade.

Para tornar exequível, por último, o Projecto, é necessária a criação, manutenção ou re-estruturação de equipas que tenham tarefas precisas, nomeadamente:

- Re-estruturar a Comissão de Avaliação Interna Permanente, atendendo a que alguns elementos que anteriormente a compunham já não se encontram a exercer funções neste Agrupamento;
- Re-estruturar a equipe de acompanhamento e dinamização do P.A.A.;
- Criar sub-equipas de concretização de Projectos ou actividades, ou re-estruturar as já existentes;
- Estabelecer um plano concreto, dentro das directrizes aqui estabelecidas, para o funcionamento de Clubes/ Complementos Curriculares, os já existentes ou outros que se revelem pertinentes, aí estabelecendo os seus objectivos e formas de actuação, numa perspectiva de acção concertada que contribua para a redução do insucesso escolar.

Sendo um dos enfoques deste projecto a interligação do

Agrupamento com a comunidade educativa em que o mesmo desenvolve a sua actividade, a sua divulgação é, repita-se, essencial. Para além da já referida auscultação dos pais/ encarregados de educação, percebida num espírito de colaboração na avaliação e monitorização do processo, é necessário levar a conhecer também a eles o conteúdo do projecto, nomeadamente e sobretudo as suas concretizações. O Agrupamento tem já criados canais de comunicação entre os vários parceiros educativos, que permitem a difusão da informação, assegurando a sua qualidade e permanente actualização.

Nesta necessidade de divulgação da informação, devem ser considerados como fundamentais:

- Os alunos, através dos directores de turma, delegados de turma;
- Os professores, através dos coordenadores dos departamentos e pelo órgão de direcção;
- Os funcionários, através dos seus representantes no Conselho Geral e Conselho Pedagógico;
- Os Encarregados de Educação, através da Associação de Pais e Encarregados de Educação e Directores de Turma;
- A autarquia, juntas de freguesia, empresas e associações, quer através do Conselho Geral, quer através do órgão executivo.

Quanto mais informada estiver a comunidade educativa sobre as acções desenvolvidas pelo Agrupamento, mais disponível estará para respeitar o trabalho desenvolvido, prestar colaboração na detecção de problemas e busca de soluções, e promover a criação de novas parcerias que serão, sem dúvida, proveitosas para o projecto de educação que aqui se visa construir.

ANEXOS

Nível de Ensino	Diminuir a média de percentagem dos alunos retidos
Pré-escolar	Aferir e classificar por competências
1º Ciclo	Aumentar para 2,8 %
2º Ciclo	20 %
3º Ciclo	18 %

Plano I - Tabela A - Metas Por Ciclo de Ensino

Nível de Ensino	Aumentar a percentagem de classificações superiores a 3 para ^(a)	Variação da percentagem de classificações superiores por ano ^(b)
Pré-Escolar	Dos alunos que não atingem as competências aferidas	2%
1º Ano		2%
2º Ano		2%
3º Ano	Diminuir para 98%	2%
4º Ano	Diminuir para 98%	2%
5º Ano	93,8 %	2%
6º Ano	92,3 %	2%
7º Ano	85,00 %	2%
8º Ano	90,7 %	2%
9º Ano	90,3 %	2%
Ensino Especial	Progresso na aplicação dos PEI	
Cursos Ed. e Formação	Progresso relativamente aos diagnósticos	
Ap. Educativos	Progresso relativamente aos diagnósticos	

Plano II - Tabela B - Metas por Ano de Escolaridade

(a) - No 2º e 3º Ciclos aplica-se às disciplinas um sistema em escada, a % de níveis inferiores a três superior a 5%, propõe-se a diminuição cumulativa de 1% ao ano por cada acréscimo de 5%.

(b) - A aplicar a disciplinas com % de níveis inferiores a três menor que 5%.

Nível	Diferença percentual - Resultados Internos/ Externos ^(c)	Desvio (média nacional) ^(c)	Desvio (exames anos anteriores) ^(c)
1º Ciclo (4º Ano)	Manter abaixo de 10%	Não divergir mais de 10%	Não divergir mais de 15%
2º Ciclo (6º Ano)	Diminuir 5%	Não divergir mais de 10%	Não divergir mais de 15%
3º Ciclo (9º Ano)	Manter abaixo de 10%	Não divergir mais de 10%	Não divergir mais de 15%

Plano III - Tabela C - Metas Para Disciplinas Sujeitas a Avaliação Externa

^(c) Com base na percentagem de níveis inferiores a 3 (convertidos), cumprir dos dos 3 parâmetros.

NOTA:

- As taxas de transição nos 2º e 3º Ciclos serão calculadas a partir dos resultados escolares finais da avaliação sumativa do 3º Período.

- No pré-escolar e 1º Ciclo, serão comparados os resultados obtidos pela conversão quantitativa das classificações qualitativas atribuídas por cada docente.

Médias Nacionais/ Médias Internas (Retenção)	2006/2007 (GEPE)	2006/2007 (Agrupamento)	2007/2008 (GEPE)	2007/2008 (Agrupamento)	2008/2009 (GEPE)	2008/2009 (Agrupamento)	Projeção 2009/2010
1º Ano	0,0	0,4*	0,0	0,0	*	0,4	0,0
2º Ano	7,5	9,2	7,4	7,9	*	6,0	7,3
3º Ano	3,2	0,8	3,2	1,0	*	1,2	1,5
4º Ano	4,5	2,0	4,6	0,4	*	0,6	1,0
1º Ciclo	3,9	3,1	3,9	2,6	*	1,9	2,45
5º Ano	10,0	11,3	8,4	7,3	*	7,3	6,2
6º Ano	10,5	7,3	8,4	9,9	*	8,3	7,7
2º Ciclo	10,3	9,4	8,4	8,7	*	7,8	6,95
7º Ano	20,6	13,8	17,8	19,4	*	12,7	15,0
8º Ano	14,1	5,4	11,6	10,5	*	7,2	9,3
9º Ano	20,2	11,1	14,3	10,1	*	10,9	11,3
3º Ciclo	3,9	3,1	3,9	2,6	*	1,9	2,8
GERAL	10,0	7,5	8,3	6,9	*	5,6	5,97

Tabela D - Comparação das Taxas de Retenção com Valores Nacionais e Registos da Escola

* Dados ainda não disponíveis.

MÉDIA DAS CLASSIFICAÇÕES ⁽¹⁾						
	Escola	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	2º e 3º Ciclos
2007	Global	--	--	3,39	3,26	3,33
2008	Escola	3,69	3,84	3,35	3,29	3,32

Tabela E - Comparação de Médias de Escola por Ano Lectivo

⁽¹⁾ Sem considerar E.M.R.C.

		Valores da Escola (%)				Média Nacional 2004/ 2005 (%)
		2003/2004	2004/2005	2005/2006	2007/2008	
Taxa Abandono escolar	2º Ciclo	2,8	4,7	3,0	1,6	2,7
	3º Ciclo	2,1	2,8	1,0	2,6	
Taxa Abandono escolar	2º Ciclo	81,8	89,7	85,4	90,0	78,2
	3º Ciclo	79,2	80,7	80,4	89,9	
Coeficiente de conclusão do 3º Ciclo		--	--	--	89,0	-

Tabela F - O Abandono Escolar - 2003/2004 a 2007/2008

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - ENQUADRAMENTO LEGAL	2
3 - QUEM SOMOS E QUANTOS SOMOS - A COMUNIDADE EDUCATIVA	3
3.1 - ÁREA GEOGRÁFICA	3
3.2 - DIMENSÃO POPULACIONAL	3
3.3 - ACESSIBILIDADES	3
3.4 - PATRIMÓNIO HISTÓRICO	3
3.5 - SECTORES ECONÓMICOS	4
3.6 - INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES	4
4 - QUEM SOMOS E QUANTOS SOMOS	5
4.1 - O AGRUPAMENTO	5
4.2 - OS ALUNOS, AS FAMÍLIAS	8
4.3 - CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES	10
4.3.1 - CONSTRANGIMENTOS	10
4.3.2 - POTENCIALIDADES	12
5 - AMBIÇÕES	14
5.1 - PLANO DE INTERVENÇÃO	15
6 - MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJECTO	23
ANEXOS	24

